

Comunidade versus classes na luta pelo espaço urbano

Jair Pinheiro*

Resumo:

Este artigo examina a relação entre “classe” e “comunidade” no espaço urbano, a partir de um aporte marxista, como categorias irreduzíveis uma a outra. Desse modo, o que emerge da análise é um permanente conflito no qual as categorias afetam-se mutuamente sem se eliminarem.

As lutas pelos recursos geridos pela esfera municipal do Estado e/ou por políticas aí definidas e desenvolvidas têm sido apresentadas, genericamente, como lutas de bairros por melhor qualidade de vida; pois, afinal, todos vivem no bairro: o operário, o padeiro, a dona-de-casa, os jovens, o vereador, o presidente do Rotary, o investidor etc. Numa palavra, trata-se de uma luta comunitária, pois o denominador comum entre todos é o de vizinhança, no âmbito local, e o de *status* de cidadão, no âmbito mais inclusivo, que é a nação.

A rigor, esse *status* já é portador de um caráter de classe na medida em que constitui a categoria de pertencimento a uma forma histórico-social específica, a sociedade capitalista; caracterizada pelo antagonismo de classe. Nesse sentido, a categoria cidadão integra a ideologia nacional como interpelação inclusivo-histórica¹. Não dedicarei atenção ao exame dessa questão; pois, embora de grande relevância teórica, ela é irrelevante para a matéria deste artigo. O destaque visa apenas assinalar que o próprio critério usualmente adotado para a definição de comunidade não é isento de considerações relativas às classes.

Para retomar a questão inicial, tomemos a agenda para uma melhor qualidade de vida: melhoria na infra-estrutura urbana, segurança, arborização de praças e ruas, saneamento básico e, complementarmente, serviços de assistência aos pobres, de saúde e de educação. Os dois últimos, nesses tempos pós-neoliberais, com a alternativa de fornecimento pelo mercado para os setores médios da sociedade.

Essa agenda reforça a idéia de que as lutas urbanas são de caráter comunitário e alimenta a percepção de que este é um espaço distante das lutas

* Sociólogo, doutor em ciências sociais pela PUC-SP e membro do NEILS.

¹ A este respeito ver Almeida (1995) e Therborn (1980).

de classes, pois, nas primeiras, não consta nenhum daqueles itens típicos da esfera produtiva como, por exemplo: melhorias salariais, redução da jornada de trabalho, saúde e segurança no trabalho etc. Disso resulta um quase-consenso quanto à noção de que a polarização política na esfera municipal não é entre classes, mas entre visões administrativas distintas ou entre povo e Estado. Isto ocorre principalmente nos municípios majoritariamente urbanos.

Essa visão está assentada em uma polêmica e em um equívoco, pelo menos. A polêmica se refere ao velho debate sobre as determinações de classes que tem dividido os debatedores entre economicistas, por um lado, e politicista, por outro; quando o debate se restringe ao campo marxista. Quando o número de debatedores extrapola esse campo, os que nele militam são vistos como economicistas e os demais como culturalistas.

O equívoco diz respeito à relação entre a cidade e o capital ou, mais especificamente, à análise dos problemas urbanos como efeitos da acumulação de capital sem, contudo, aplicar as categorias da economia capitalista ao exame da produção do espaço urbano. Há uma visão, mais ou menos generalizada, de que o espaço urbano é o *locus* da acumulação capitalista devido à concentração de meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor. Diversos estudos têm contribuído para reforçar essa visão, mesmo sem afirmá-la abertamente.

Assim, os estudos que consideram a esfera municipal como responsável pela reprodução, e os que interpretam as lutas nessa esfera como um dilema entre bens de consumo coletivo ou vias de comunicação, contribuíram – ainda que involuntariamente – para sedimentar uma visão segundo a qual cidade e capital mantêm uma relação de exterioridade entre si, de modo que as lutas políticas urbanas seriam entre aqueles que defendem a preservação da qualidade de vida no burgo e os que, preocupados apenas ou principalmente com o lucro, teriam uma ação prejudicial à vida urbana.

Devido à brevidade deste artigo, os argumentos aqui alinhavados estão organizados de modo muito esquemático, o que pode reforçar o contra-argumento de que a visão aqui criticada, além de conservadora, já estaria ultrapassada pelas novas tendências de administração municipal, o que tornaria a crítica inócua. Tais tendências conteriam a preocupação de associar progresso econômico com qualidade de vida. Seriam provas dessa preocupação os inúmeros exemplos de revalorização de áreas deterioradas, de reurbanização, de proteção do patrimônio histórico etc.

Primeiro, a novidade dessas novas tendências está muito mais na mobilização de apoio popular às intervenções urbanas de grande magnitude, o que, mais uma vez, é necessário à acumulação de capital, principalmente da parcela investida no capital incorporador, do que nas medidas efetivas com vistas à melhoria das condições de vida. Até porque, as intervenções urbanas

afetam diferentemente os diversos segmentos sociais e, freqüentemente, os antigos ocupantes das áreas recuperadas são expulsos delas.

Segundo, o contra-argumento, longe de negar, confirma a visão de relação de exterioridade entre cidade e capital, pois parte da própria dicotomia entre progresso econômico, ou ausência dele, e qualidade de vida, como efeito daquela relação, para superá-la por meio da administração eficiente e, quiçá, humanizada. Portanto, ressurge a noção segundo a qual a polarização política na esfera municipal seria entre modelos administrativos diferentes.

A cidade e o MPC

Antes de examinar a relação entre a cidade e o MPC, e os nexos que permitem referirmo-nos à cidade capitalista como um tipo específico, em lugar de uma característica adquirida; julgo oportuno fazer um esclarecimento. Acredito que o problema da qualidade de vida, nas cidades brasileiras, principalmente, não pode ser negligenciado, pois são inúmeros e graves os problemas que deterioram as condições de vida de parcela majoritária da população constituída de trabalhadores assalariados, precários, desempregados e de parcela da classe média.

Entre os problemas que comprometem a qualidade de vida na cidade, destacam-se: déficit habitacional, habitações precárias e o seu entorno insalubre, como favelas e cortiços; transporte público ineficiente com o conseqüente gasto excessivo de tempo entre moradia e local de trabalho; falta de alternativas de lazer, o que acarreta escassez de espaços de sociabilidade; violência urbana, que afeta mais os bairros pobres que os abastados etc.

Ou seja, como procuro demonstrar, a crítica à bandeira da qualidade de vida, como artifício ideológico que substitui o antagonismo de classe pelas querelas entre distintas visões administrativas, não deve negar legitimidade à reivindicação das classes dominadas por melhor qualidade de vida. Até porque, como os estudos sobre segregação urbana têm demonstrado, a criação dos condomínios fechados tem garantido um padrão urbano de boa qualidade à população de renda alta.

Feitas essas observações, podemos retomar a relação entre cidade e MPC. Duas dificuldades desafiam a tentativa de demonstração de que o capitalismo produz a cidade como tipo específico, em lugar de simplesmente imprimir-lhe suas características. A primeira, como já assinalara Lefebvre (1991), é que a cidade é um fenômeno social que atravessa diversos modos de produção. A segunda deriva do fato de a cidade, com seus espaços particulares (bairros, praças, monumentos, ladeiras etc), materializar a história de relações comunitárias.

Toda tentativa de descrever e/ou analisar a cidade esbarra nessas dificuldades, o que reforça, mais uma vez, a já mencionada relação de exterioridade e, por extensão, de um espaço onde o antagonismo de classe não opera e, portanto, não serve como categoria explicativa.

Com relação a primeira dificuldade, Marx assinala em *A Ideologia Alemã* que: "Na Idade Média, os burgueses em cada cidade eram constrangidos a se unir contra a nobreza rural para salvar sua pele. (...). A partir de numerosas burguesias locais de diferentes cidades nasceu lentamente a *classe* (grifado no original) burguesa. As condições de vida dos diferentes burgueses (...), tornaram-se simultaneamente condições comuns a todos eles e independente de cada indivíduo. Os burgueses criaram essas condições na medida em que se destacavam da associação feudal, e foram criados por essas condições na medida em que estavam determinados por sua oposição à feudalidade existente. Com o surgimento do vínculo entre as diferentes cidades, essas condições comuns se transformaram em condições de classe." (1987: 83)

A rigor, essas observações se referem ao surgimento da burguesia, não da cidade, mas, ao superar a dispersão por meio de sua ação política a burguesia criou a cidade burguesa, pois, de um lado, integrou economicamente as cidades e, de outro, alterou-lhes as feições. Continua Marx: "As mesmas condições, a mesma oposição, os mesmos interesses tinham, também, necessariamente, que engendrar em todas as partes os mesmos costumes." (*id.*).

Parte da literatura marxista sobre a cidade tem dado continuidade à noção, presente na *Ideologia Alemã*, de que "A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia exatamente o fato oposto: o isolamento e a separação." (*id.*, p. 78) Numa palavra, o *locus* da acumulação capitalista.

Efetivamente, a cidade é o lugar da acumulação na medida em que, por um lado, toda atividade acontece em algum lugar e, por outro lado, a economia capitalista é essencialmente industrial e, portanto, exige as condições descritas no parágrafo anterior. Isto é válido mesmo para as cidades cuja atividade econômica predominante não seja a indústria, pois, sob o MPC, toda cidade está articulada a uma rede urbana que pode ser metropolitana, regional, nacional ou internacional.

O município sede, no sentido de articulador das atividades econômicas dessa rede, é quase sempre uma cidade industrial. Quando não é o caso, ou trata-se de uma rede urbana cuja atividade econômica está articulada de forma dependente à outra rede cuja atividade predominante é a indústria, ou é uma rede cujo município articulador é um grande centro financeiro, portanto catalizador do capital aplicado às indústrias dos municípios

integrantes da rede. Contudo, o problema assim apresentado não permite ir além da visão de cidade como lugar da acumulação.

Para superar essa visão e, ao mesmo tempo incorporá-la, é preciso examinar o papel do ambiente construído no processo de produção capitalista. Sobre este aspecto, Harvey afirma que “la utilidad de determinados elementos depende de su ubicación en relación con otros, las tiendas, casas, escuelas, y fábricas deben estar razonablemente próximas entre sí. Toda la cuestión de orden espacial del ambiente construido tiene que ser considerado entonces; la decisión de dónde poner un elemento no se puede divorciar de donde están los otros.” (1990: 238).

O termo “utilidade”, entendido no sentido prático, explica a necessidade de alocar os elementos do ambiente construído próximos uns aos outros, pois tal proximidade permite ganhos de produtividade. Mas não explica um aspecto menos evidente, que é o fato de que essa característica espacial exigida pelo MPC, como tudo que entra na órbita do processo de produção capitalista, tem de circular como mercadoria, condição para a própria realização do valor cristalizado nela.

Por isso, continua Harvey, “el ambiente construido tiene que ser considerado como una mercancía mixta, completa y geográficamente ordenada. La producción, orden, mantenimiento, renovación y transformación de esa mercancía presenta graves conflictos. La producción de elementos individuales – como casas, fábricas, tiendas, escuelas, carreteras, etc. – tiene que ser coordinada, tanto en el tiempo como en el espacio, de tal manera que permita que la mercancía mixta asuma una configuración apropiada. Los mercados de tierras (...) sirven para asignar la tierra a determinados usos, pero el capital financiero y el Estado también sirven como coordinadores (principalmente por medio del uso, regulación y planeamiento de la tierra).” (*id.*)

Essas considerações não deixam dúvidas quanto ao caráter de mercadoria do espaço urbano para o processo de produção capitalista. Harvey oferece, nessa obra, um exame acurado do modo peculiar do ambiente construído circular como parte do capital fixo, já que, diferentemente dos demais elementos do capital fixo, ele tem que ser utilizado *in situ*. Para a presente reflexão, reterei dessa análise econômica apenas o caráter de mercadoria e, procurarei, em seguida, evidenciar algumas implicações políticas dele.

Comunidade versus classes

O ambiente construído se constitui, também, de elementos cuja construção não tem origem nas determinações do MPC como, por exemplo: praças, igrejas, largos, ladeiras, monumentos etc. Ao mesmo tempo, esses

elementos materializam modos específicos de relações sociais cuja determinação principal não é a produção econômica. Assim, mesmo para uma análise materialista, não é descabido considerar que a cidade (e suas unidades como bairros e regiões) represente uma comunidade para as pessoas que nela vivem.

Contudo, a relação das pessoas com o ambiente construído é regida pelo caráter de mercadoria. Isto ocorre porque, por um lado, o direito de acesso a alguns desses elementos do ambiente “circula” no mercado como valor-de-troca e, por outro, devido ao fato de que as intervenções do Estado – mesmo quando naqueles elementos cuja construção não é determinada pelas necessidades econômicas – alteram esse valor de mercado do solo urbano e, conseqüentemente, de tudo que é construído nele.

Desse modo, o capital incorporador transforma em valor-de-troca as características paisagísticas do entorno dos empreendimentos imobiliários e a localização relativa a bens e serviços, na medida em que as incorpora como elementos formador do preço de mercado desses empreendimentos. Assim, a legislação de uso e ocupação do solo, concebida pelo planejador como instrumento de racionalização do espaço urbano, adquire o caráter de *insumo* da indústria da construção civil, do mercado imobiliário, do capital financeiro nele investido, ou seja, de todas as parcelas do capital investidas na produção do espaço urbano.

Para Smolka, “as modificações no ambiente construído (produzidas pelos investimentos públicos e privados) envolvem significativas externalidades que implicam contínuas alterações naqueles atributos, que, combinados, definem as chamadas vantagens locacionais de cada lote urbano.” (1987: 46) O acesso às vantagens locacionais referidas pelo autor depende da conjugação do capital à disposição do agente e do seu poder de influência sobre o poder de Estado.

As demais frações do capital também são afetadas, direta ou indiretamente, por tais medidas. Os efeitos diretos se referem ao impacto do ambiente construído sobre os custos operacionais dos negócios instalados na cidade. Os indiretos dizem respeito ao impacto do ambiente construído no valor da “cesta básica” de bens e serviços necessários à reprodução da força de trabalho.

No caso da cidade de São Paulo, a imprensa tem noticiado a transferência de empresas dos municípios da região metropolitana para outras regiões do estado ou do país. Entre os motivos alegados pelos empresários, para a referida transferência, estão a alíquota supostamente elevada de impostos cobrados nos municípios (ISS e IPTU); preço da mão-de-obra; custos dos transportes etc. São todos motivos afetados, direta ou indiretamente, pela valorização do espaço urbano.

Evidentemente, não se pode esperar de um empresário o sacrifício da racionalidade econômica (mudar-se para ou permanecer em regiões com desvantagens locacionais relativas) em defesa dos valores da comunidade. Porém, pode-se contra-argumentar que tais valores não são incompatíveis com a economia de mercado. Em tese não são, mas apenas na medida em que tais valores possam ser incorporados como elementos de valorização dos empreendimentos, o que reforça o argumento desenvolvido até este ponto.

Quando essa condição não ocorre, pode se dar o contrário, ou seja, os elementos “indesejados” da comunidade (como favelados, encortçados, prisões, trabalhadores de baixa renda etc.) serem transferidos para outras “comunidades” ou a deterioração do bairro com a fuga dos investimentos públicos e privados. Como se pode perceber, o próprio uso do termo “comunidade” se torna paradoxal na medida em que seu sentido original é de inclusão, embora, neste contexto, pode ser alegada para excluir. Isto ocorre principalmente por que a vizinhança, como um dos critérios mais importantes para caracterizar uma dada comunidade, perde importância em relação a outros critérios também constituintes de comunidades e mais afeitos com o caráter de mercadoria do espaço, tais como: um *ethos* urbano específico, a frequência a associações específicas, a preservação do valor de mercado do entorno etc.

Apesar desse paradoxo, a percepção do espaço urbano como de vida comunitária não desaparece; até por que continua sendo o espaço onde se realizam relações sociais cuja determinação principal não é econômica, tais como: festas religiosas, movimentos culturais diversos, reuniões de grupos etc. Ou seja, as relações sociais desenvolvidas no bairro são percebidas como uma experiência concreta de pertencimento a uma comunidade. Portanto, não se trata de negá-la, mas de examinar a relação de conflito entre essa experiência e as determinações de classe.

O caráter de mercadoria atribuído pelo MPC ao ambiente construído transforma o apelo à comunidade em artifício ideológico. A força do apelo reside justamente na concretude da experiência, o que obscurece o fato de que é esse mesmo caráter o fator de mediação da relação das pessoas com e no espaço urbano e, conseqüentemente, que o pertencimento a classes diferentes é o critério decisivo que explica e determina as diferenças de acesso ao ambiente construído como, também, possibilidades desiguais para interferir nas definições relativas à matéria.

Evidentemente, a validade dessas considerações está limitada à cidade capitalista, pois é nesse tipo de cidade que o espaço urbano “circula” como valor-de-troca. Ora, sendo o ambiente construído uma mercadoria cujo uso é, necessariamente, *in situ*, a circulação do valor só pode ser sob a forma de venda do título de propriedade, razão pela qual apresentam grande potencial de conflito as medidas que afetam a estabilidade da posse da terra, tanto as da

municipalidade como as dos investidores privados, pois tais medidas não apenas afetam interesses econômicos como, também, a vida comunitária dos bairros.

Souza identifica, no caso de São Paulo, o que ela denomina “três agentes fundamentais nesse processo de produção e consumo:

- o ‘comprador’, que é o agente indispensável para que haja, no mínimo, o mercado;

- o ‘produtor’, propriamente dito, que é o construtor. (...)

- o ‘incorporador’, que é quem incorpora, quem, na realidade, promove o empreendimento, quem cria o espaço vertical. (...)”

“É o incorporador, como já ficou visto, quem compra o terreno, quem contrata o arquiteto para a elaboração do projeto, quem paga os emolumentos à Prefeitura e ao cartório e quem, quando vai fazer uma venda, deverá pagar a campanha de venda. Ele arca, portanto, com o maior número de custos do processo de construção do edifício, mas também realiza o maior lucro, exatamente na transação da venda do terreno embutida no preço do imóvel (tendo como base a fração ideal).” (1994:192).

A autora assinala que devido à característica de longo prazo tanto do processo produtivo quanto do consumo e ao baixo poder aquisitivo de uma parcela significativa dos compradores, o Estado tem subsidiado tanto o consumo como a produção, tanto através dos programas habitacionais como do SFH – Sistema Financeiro Habitacional -, composto de contribuições recolhidas pelo Estado.

Estado, classe e comunidade

De modo esquemático, as intervenções do Estado no espaço urbano podem ser classificadas em econômicas e políticas, embora uma sempre suponha a outra. Portanto, essa classificação se refere mais aos objetivos das intervenções do que a algum caráter específico delas, o que supõe a presença de um elemento subjetivo na ação política do Estado. Esse elemento são as decisões de governo conforme as lutas de classes.

Como intervenções econômicas, destacam-se a regulamentação do uso e ocupação do solo e os investimentos em infra-estrutura. Como intervenções políticas destacam-se a organização institucional do Estado e as políticas sociais. Tais intervenções afetam o valor-de-troca do ambiente construído na medida em que induzem investimentos e/ou definem vantagens locacionais, de modo que as medidas de governo neste campo sempre contribuem para concentração ou distribuição de renda.

O ambiente construído, como mercadoria, integra o circuito do mercado financeiro na medida em que o proprietário pode extrair renda da terra. Esta condição afeta de um modo duplamente negativo o acesso dos trabalhadores de baixa renda e da classe média baixa ao espaço urbano.

Primeiro, eles concorrem (desnecessário dizer que em condições extremamente desiguais) com compradores de maior poder aquisitivo pela posse da terra, o que depende do movimento do capital incorporador, pois da posse deriva a renda de monopólio, o que leva esse capital a desenvolver estratégias políticas pelo monopólio da terra. Porém, como o monopólio chega a se efetivar somente em sentido relativo, de detenção da posse do solo destinado a um tipo determinado de uso por um proprietário, ou por um conjunto deles ou, ainda, em local fechado onde um negócio não tem concorrente; a renda de monopólio afeta a renda absoluta na medida em que diminui a oferta de terra para outros usos como, por exemplo, moradia.

O segundo, que o acesso dos trabalhadores, das camadas populares e da classe média baixa ao mercado de moradias se torna severamente restringido pelo elevado preço atingido pelas mesmas no mercado. Em países como o Brasil, onde o processo de industrialização se realizou com base numa força de trabalho expulsa do campo e mal remunerada na cidade, essa situação é extremamente grave.

Todo esse processo se enraíza, no plano econômico, no fato de o ambiente construído integrar parte do capital circulante como meio de produção e, conseqüentemente, na importância adquirida pela ação do capital incorporador como efeito da intervenção estatal ou, ainda, no caso dessa intervenção ser induzida pela ação daquele capital.

No plano político, o processo se enraíza na regulamentação do uso e ocupação do solo e nas decisões de investimentos estatais, por um lado, e na capacidade dos agentes sociais de afetar essa intervenção do Estado conforme seus interesses, por outro.

Desse modo, todos os itens da agenda por melhor qualidade de vida (melhoria na infra-estrutura urbana, segurança, arborização de praças e ruas, saneamento básico, serviços de assistência aos pobres, de saúde e de educação etc), mencionados no começo, entram aqui como insumos para a produção do ambiente construído. Ou seja, o caráter de mercadoria, seja como utilidade ou como meio de produção, faz com que qualquer intervenção urbana influa na formação de preços não apenas dos imóveis, mas, também, das demais mercadorias produzidas e em circulação na cidade.

Essa formação de preços afeta, diretamente, as possibilidades de acesso das camadas populares ao mercado de moradia e, indiretamente, as demais mercadorias produzidas e em circulação na cidade. Afeta, também, a divisão da mais-valia social entre os capitalistas, sob a forma de renda da terra

e de custo de reprodução da força de trabalho. Nessa medida, permanece subjacente (não menos importante, por isso) às lutas urbanas um princípio de classe.

Se esse princípio não tem adquirido maior destaque nas lutas sociais urbanas, uma explicação, sem prejuízo de outras complementares, é que aos capitalistas são evidentes os efeitos das intervenções urbanas sobre seus negócios, enquanto para os trabalhadores a percepção desses efeitos sobre suas possibilidades reais de acesso à terra é diluída numa constelação de considerações acerca de valorização da comunidade e de acesso a bens e serviços urbanos.

Ou seja, as condições de classe dos trabalhadores no espaço urbano são contraditórias: por um lado, interessa-lhes as intervenções que têm impacto positivo sobre a qualidade de vida, por outro lado, tais intervenções encarecem o preço dos imóveis. Essa situação só pode ser atenuada por medidas da municipalidade, seja subsidiando diretamente o consumo, ou a produção para as camadas de baixa renda, e/ou protegendo da especulação imobiliária os imóveis destinados a essas camadas por meio da regulamentação de uso e ocupação do solo. Do ponto de vista social, o principal efeito do caráter de mercadoria atribuído ao ambiente construído é a segregação urbana. Está se tornando comum a construção e oferta de espaços “desintegrados” da cidade. Ou seja, espaços que deixam a cidade na porta e oferecem, em seu interior, limpeza, segurança, áreas verdes, ausência de poluição sonora etc. Basta querer e, principalmente, poder para ter acesso.

O exemplo emblemático desses espaços é o *shopping*. A segregação urbana atingiu o paroxismo e a percepção dela já ultrapassa os meios especializados. Em artigo intitulado (Fal)cidade, no jornal *Folha de São Paulo* de 18/10/99, Josias de Souza afirma que “O shopping é uma cidade onde a cidade não entra. Ou, por outra, é uma cidade sem os problemas da cidade. Há de tudo em seu interior. Além de lojas, há ruas, praças, bancos para sentar, cinemas e, no caso do Pátio Higienópolis, até teatro, restaurante fino, escola de gastronomia, galeria de arte e pista de cooper.”

“Mas o que atrai num shopping, o que fascina é aquilo que ele não tem. Não há sujeira nem mau cheiro no shopping. Não há congestionamentos nem trombadinhas. Não há povo no shopping.”

Numa palavra, podemos acrescentar, o *shopping* é a segregação urbana acabada. Exclui do seu espaço tudo que lembra a condição material real de vida dos trabalhadores e das camadas populares. Entretanto, estes também podem frequentar o *shopping*. Basta despirem-se dos traços que revelam sua condição e vestir as marcas vendidas no *shopping*, ou as imitações delas.

Desse modo, a cidade como objeto de consumo está, também, ao alcance dos trabalhadores, mas apenas como consumo virtual, para tomar

emprestada uma expressão feliz de Fernando Haddad, em seu manifesto *Em Defesa do Socialismo* (1998).

Neste ponto, chegamos a um paradoxo do caráter de mercadoria adquirido pelo espaço urbano. Os espaços de segregação como os *shoppings* e os condomínios fechados, justamente por se apresentarem como objeto de consumo, “apagam” as diferenças de classes ou, antes, as substituem por padrões de consumo. No entanto, a cidade precária e segregada continua a existir e a incomodar, seja por sua ostensiva presença feia e suja seja pelos protestos e reivindicações dos seus habitantes.

A economia urbana, principalmente o setor imobiliário que lhe é mais peculiar, permite detectar o caráter de classe no tipo de acesso à terra. “A produção empresarial” - Cardoso e Ribeiro se referem à construção habitacional no Rio de Janeiro – “tende, assim, não apenas a trabalhar com as faixas de maior poder aquisitivo, como também privilegiar as áreas que apresentam uma maior concentração dessa população em relação aos setores mais pobres. Portanto, a produção empresarial reproduz e aprofunda os processos de segregação social no espaço.” (1996: 50)

Padrão de consumo e poder aquisitivo são critérios correlatos cujos valores podem ser dispostos numa escala contínua, o que permite a substituição, acima mencionada, de classe por padrão de consumo quando a reflexão se desloca da esfera da produção para a da circulação. Entretanto, a análise de Cardoso e Ribeiro permite perceber que o critério de classe subjaz ao padrão de consumo, também no que diz respeito à moradia. Afinal, o poder aquisitivo dos indivíduos está diretamente relacionado à sua posição de classe.

O mesmo processo de privilegiar a população mais abastada, na medida em que o processo produtivo é dominado por grandes empresas, é observado também em São Paulo, como demonstra a análise do processo de verticalização nesta cidade (Souza, 1994), de modo que, no caso paulistano, verticalização e segregação têm caminhado em paralelo.

A autora assinala que, embora o edifício possa ser construído com recursos exclusivamente privados, a longevidade no período de produção e de consumo “é que vai vincular o Estado ao processo de verticalização, quando não subsidiando os produtos (incorporador ou construtor), subsidiando igualmente o consumidor mediante uma eficiente aliança do capital imobiliário, do capital financeiro e do Estado.” (1994: 195)

“O Estado brasileiro, portanto, através de um banco público, é que vai financiar esse processo (...) a longevidade do período de produção e de circulação da mercadoria-habitação. Por outro lado, no que concerne à propriedade fundiária e ao seu uso pela verticalização, será objeto de múltiplas alianças entre os donos da terra e os incorporadores, manifestas por uma

intermediação do Estado que, em última análise, não só libera o solo para a verticalização (lei de zoneamento e uso do solo) como promove a sua valorização através da implementação das políticas públicas (infra-estrutura, saneamento, comunicação, transporte etc. etc.). Apesar, pois, das reclamações,” – a autora se refere a reclamações de empresários do setor que reclamam uma intervenção mais firme do Estado – “o Estado brasileiro tem sido um forte aliado da incorporação imobiliária. Os altos e baixos desse setor se deve muito mais à complexidade da evolução das economias do Terceiro Mundo do que uma atuação definitiva e permanente do Estado nesse setor.” (*id.*: 196)

Em resumo, como já assinalara Harvey (*op. cit.*) os custos de reprodução e valorização do ambiente construído, como mercadoria, é distribuído socialmente por intermédio da intervenção do Estado. Até este ponto, a reflexão está restrita à relação entre Estado e classes sociais. Isto não significa que a comunidade tenha desaparecido.

Como já assinalado anteriormente, o espaço urbano é constituído de elementos cuja determinação não é necessariamente econômica. Tais elementos constituem, geralmente, uma das principais referências identitárias dos bairros. “Assim, os bairros surgem-nos como lugares reais e imaginados, intrinsecamente articulados com outras unidades sociais: desde os pequenos nós de interação vicinal, informais, por vezes estruturados em redes discretas, ou polarizados em torno de uma rua, de uma associação ou de uma loja; passando pela freguesia, unidade administrativa e política mais ampla, com um conjunto de funções atribuídas na participação da vida social local, ou pela paróquia, unidade territorial eclesial não coincidente, muitas vezes, com a freguesia; até um conjunto de instituições de nível municipal, regional ou nacional, com as quais os habitantes interagem.” (Cordeiro e Costa, 1999: 60)

A partir do exame do bairro de Alfama, em Lisboa, os autores demonstram que a identidade do bairro, principal referência para a constituição da comunidade, se trata de uma construção dinâmica para a qual concorrem fatores endógenos e exógenos. A construção de tal identidade deixa marcas na ocupação do espaço urbano, na configuração do ambiente construído e nos “encontros” comunitários que aí se realizam.

Todavia, se, como assinalado anteriormente, o caráter de mercadoria é o critério mediador decisivo da relação dos habitantes com o espaço; segue que a relação entre tal critério (que tem conteúdo de classe) e as referências comunitárias se combinam de forma conflituosa, pois embora ambos tendam a se excluir, como procurei demonstrar, tal exclusão nunca se efetiva porque esses critérios são irreduzíveis, um ao outro, e continuam determinando aspectos importantes da vida social e individual.

Na luta no e pelo espaço urbano, critérios de classe e de comunidade são articulados na e pela ação política dos agentes. Quanto aos critérios de

classe, como vimos, eles são intrínsecos ao caráter de mercadoria; de modo que sua presença na ação dos agentes não depende de opção consciente nem das referências identitárias dos mesmos.

No que diz respeito aos critérios comunitários, Kuschnir apresenta uma análise bastante ilustrativa das eleições municipais de 1996 na cidade do Rio de Janeiro. Diz ela: “As motivações políticas dos atores sociais estão intimamente relacionadas à sua sociabilidade, crença religiosa e visão de mundo. A organização do espaço urbano reflete essa cosmologia e acaba por moldar também o exercício da política.”

“O próprio ritmo da vida suburbana e a escassez de espaço de convivência comunitária, tão presentes no cotidiano do subúrbio, fazem com que os eleitores da Zona Sul estabeleçam um outro tipo de relacionamento com seu representante político. No lugar dos encontros diários, das reuniões em quintais, paróquias e quadras esportivas, privilegia-se a informação veiculada na mídia de grande circulação e nos informativos produzidos pelos próprios parlamentares para serem enviados pelo correio.” (1999: 95) Como a citação demonstra, a autora detectou dois tipos diferentes de relação entre eleitores e representante político.

Por um lado, no subúrbio privilegia-se as “reuniões em quintais, paróquias e quadras esportivas” e temas caros à vida comunitária. Isto não significa que tais temas constituam critério decisivo para a tomada de decisão relativa ao espaço urbano, por parte desse representante político; de modo que é plausível a hipótese de que as motivações, acima mencionadas, são mobilizadas para a legitimação de ações políticas cujos fins nada tem de comunitário.

Por outro lado, “privilegia-se a informação veiculada na mídia de grande circulação e nos informativos produzidos pelos próprios parlamentares para serem enviados pelo correio.” sobre temas distantes da vida comunitária e, poderíamos acrescentar, afinados com a dinâmica urbana assentada no espaço-mercadoria.

Uma difícil combinação

Nas cidades onde a produção do espaço adquiriu plenamente a forma capitalista, pode-se identificar pelo menos três tipos de presença das marcas de vida comunitária no ambiente construído: a primeira, sob a forma de preservação do patrimônio histórico; a segunda, sob a forma de resistência dos moradores à mudança das características do bairro e; a terceira, sob a forma de ocupação precária de trabalhadores migrantes que tendem a imprimir à organização espacial do bairro alguns elementos das tradições dos seus locais de origem.

Nos três casos, de diferentes maneiras, o ambiente construído é reintegrado ao movimento de circulação de mercadoria como vantagens locais, seja para alguns tipos de atividade econômica para os quais o patrimônio histórico pode ser um atrativo, no caso da primeira forma, seja para o mercado de moradia, conforme o segmento, no caso da segunda e da terceira forma.

Essa reintegração do ambiente construído ao movimento de circulação de mercadoria não significa que desaparece o conflito no e pelo espaço. O conflito continua existindo também sob diferentes formas, mas todas derivadas ou estimuladas pela pressão do capital incorporador pela criação-destruição-reconstrução do espaço, pois ele é sua mercadoria.

Como o espaço tem um limite físico, institucional e topográfico, sua reprodução como mercadoria (portanto em escala ampliada e em ritmo cada vez mais acelerado) só pode ocorrer pela intensa atividade de destruição e construção. Participa dessa atividade um conjunto complexo de agentes econômicos chamado capital incorporador, que vai do agente incorporador (incorpora a gleba à área urbana) à indústria da construção civil. Isto requer sempre a intervenção estatal, tanto de regulação como de investimento.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. (1995). *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo, Educ.
- CARDOSO, Adauto L. e RIBEIRO, Luiz C. Q. (1996). *Dualização e Reestruturação Urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR/FASE.
- CORDEIRO, Graça I. e Costa, António F. (1999). "Bairros: contexto e intersecção". In: VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- HADDAD, Fernando (1998). *Em Defesa do Socialismo*. Petrópolis, Vozes.
- HARVEY, David. (1990). *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica.
- KUSCHNIR, Karina. (1999). "Política, cultura e espaço urbano". In: VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- LEFEBVRE, Henri. (1991). *O Direito à Cidade*. São Paulo, Ed. Moraes.
- MARX, Karl. (1987). *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec.
- SMOLKA, Martim O. (1987). "O capital incorporador e seus movimentos de valorização". Cadernos PUR/UFRJ, ano II nº 1, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- SOUZA, Maria A. A. (1994). *A Identidade da Metrópole*. São Paulo, Hucitec/Edusp.
- THERBORN, Göran. (1980). *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. London, Verso.